



Das formas de ensinar e conhecer o mundo: lições de coisas e método de ensino intuitivo na imprensa periódica educacional do século XIX

Ways of teaching and learning the world: objective method in pedagogical journal in the 19th century

Vera Teresa Valdemarin
Universidade Estadual Paulista
Adriana Aparecida Pinto
Universidade Federal do Mato Grosso do Sul

Resumo

O presente artigo analisa *A Eschola Publica*, periódico educacional que circulou no estado de São Paulo em 1893-1894 e 1896-1897, cujos editores, aliados à propagação do ideário republicano no campo educacional, auxiliaram para consolidar o método de ensino intuitivo como instrumento pedagógico eficaz e modernizador. Identifica-se o consenso em torno da pertinência do referido método, bem como as dificuldades que se apresentaram para sua disseminação em sala de aula, principalmente aquelas sobre a preparação dos professores. Tendo como aporte teórico a bibliografia sobre cultura escolar pode-se afirmar que, circulando de modo complementar e paralelo aos manuais didáticos, os artigos de *A Eschola Publica* reiteraram as pretensões inovadoras e evidenciaram os limites impostos pela conjuntura educacional, conformando um lugar para discussões que contribuiu para o controle do capital simbólico ali produzido.

Palavras-chave: Método de ensino intuitivo. Imprensa periódica educacional. Educação Republicana no Estado de São Paulo.

Abstract

This article analyses *A Eschola Publica*, an educational journal that circulated in São Paulo state between 1893-1894 and 1896-1897, whose editors, allied with the diffusion of republican ideas, helped the consolidation of objective method as a pedagogical efficient modern tool. It was possible gathering some sources that shows the acceptance of that method and the difficulties for its dissemination in the classroom, mainly those refers to teacher's formation. Taking as referential bibliographical resources about schooling culture it was possible verifying that circulating in complementary parallel way to textbooks, the articles by *A Eschola Publica* endorse the innovative purposes and show barriers imposing on educational context. This journal produced a place for discussions and debates that contributed for controlling and producing symbolic resources.

Keywords: Objective method. Educational journal. Republican education in São Paulo state.



O caracter do ensino moderno exige que nenhuma noção, por mais rudimentar que seja, se dê a criança, sem primeiro fallar-lhe aos sentidos.

(Benedito Maria Tolosa. *A Eschola Publica*, 1893).

Estudos sobre a história da organização escolar brasileira têm sido ampliados recentemente com a produção proveniente dos cursos de Pós Graduação (*stricto sensu*) e de projetos de pesquisa temáticos¹, os quais agregaram objetos antes não considerados como fontes documentais, possibilitando a constituição de um conjunto de saberes que autorizam e viabilizam investigações sobre a cultura escolar². Nessa chave analítica, entende-se que inovações pedagógicas têm seu sentido construído por meio de diferentes dispositivos que aliam interpretações e possibilidades contextualizadas ao serem postas em circulação. Seguindo os rumos trilhados por pesquisadores que enveredaram pelo campo da educação a partir das práticas e representações, extraídas e adotadas como objetos de análise, o presente texto focaliza a contribuição da imprensa periódica educacional paulista, em seus primórdios, para a conformação de um campo de estudos por meio da veiculação de um conjunto de saberes e práticas sobre o ensino.

164

Nas décadas finais do século XIX, registraram-se mudanças em relação às formas de ensinar e, conseqüentemente, de aprender, ainda que a tônica predominante estivesse enfaticamente relacionada ao primeiro processo. (SOUZA, 2008). O conhecimento passou a ser visto não mais como bem cultural que marcava, assim como a posse de bens materiais, a divisão de classes ou status social e tornou-se uma necessidade, distintamente permeada por interesses de grupos que se alternavam no poder. Direcionados por um ideal político orientado pelo movimento de secularização do mundo ocidental e pautados pelo modelo de racionalidade burguesa, esses grupos agregaram forças e conquistaram aliados na defesa da institucionalização da instrução que, concebia a escola como “[...] um dispositivo estratégico de divulgação da ciência, da formação do sentimento nacional e de percepção da regeneração da sociedade [...]”, conforme a síntese esclarecedora de Boto. (1996, p. 13).

Valores, normas de conduta e formas de produção da vida social e cultural foram redimensionados em decorrência dos novos rumos, traçados com base nas mudanças do regime político administrativo no país. Na esteira



dessas transformações, produziu-se o discurso sobre a modernização educacional que teve na implantação/adoção do método intuitivo um dos principais estandartes no campo pedagógico. Deve-se ressaltar ainda que a propalada necessidade de modernização era apresentada como possibilidade de equiparação do Brasil às nações mais desenvolvidas e, da constatação do atraso nacional emergia a seleção dos dispositivos capazes de contribuir para sua superação. Assim, a difusão do método de ensino intuitivo integrou o conjunto de medidas com vistas à implantação de um sistema de ensino, pensado como instrumento para educação popular, no final do século XIX.

Na busca de parâmetros que determinassem os caminhos a serem seguidos na implantação de um sistema de instrução pública, visando romper com um “passado de práticas ineficazes à causa da instrução”, a educação dos e pelos sentidos apareceu como força motriz para impulsionar as mudanças pretendidas. Análises anteriormente empreendidas (VALDEMARIN, 2004, 2006) auxiliam a compreensão dos elementos epistemológicos balizadores do método intuitivo, proposto como modelo a ser seguido nas instituições de ensino do país.

Entre os elementos distintivos da Modernidade estão aqueles referentes à obtenção do conhecimento e às obras de alguns filósofos do século XVII, e, em especial Francis Bacon, John Locke e David Hume atestam que, diante da impossibilidade de aceitar a existência comprovada de uma divindade que tudo cria e por meio da qual tudo se explicaria, os filósofos se dedicaram à elaboração de regras metódicas para a compreensão e validação do conhecimento humano produzindo investigações sobre as condições nas quais esse processo ocorre. Na então nova perspectiva, o ponto de origem do conhecimento seriam as sensações, fontes de todas as percepções que o indivíduo pode experimentar e sobre as quais operaria a reflexão para a produção das ideias.

Mesmo considerando as diferenças entre as três elaborações filosóficas mencionadas, pode-se dizer que concorreram para que, no século XIX, o empirismo se consolidasse como vertente epistemológica. O princípio comum a todos é a inexistência das ideias inatas que conduz à postulação que os sentidos humanos são os canais que possibilitam o conhecimento, pelo homem, dos seres e objetos que lhe são exteriores. Vale lembrar aqui a contribuição de Peter Burke, esclarecendo que essa concepção é tributária também da valorização dos saberes práticos que, combinados com a teoria, permitem



estabelecer novos significados para o conhecimento, entre eles, a aplicabilidade e a utilidade³.

A matriz empírica, fundamento epistemológico subjacente ao método de ensino intuitivo, foi, posteriormente, sintetizada e simplificada num conjunto de regras que apresenta uma concepção do processo de aprendizagem baseado nas percepções dos sentidos que, exercitadas e dirigidas pelas atividades escolares, produziram novas formas de atuação e compreensão. Além disso, essa matriz foi utilizada também para vincular o método de ensino à modernização, estabelecendo identificação entre os objetivos educacionais, científicos e sociais. O método de ensino seria, nessa perspectiva, o recurso pedagógico capaz de atender às demandas da sociedade formando indivíduos portadores das habilidades básicas – ler e escrever – e também valorizando o progresso científico e industrial de modo a dar-lhe prosseguimento por meio da formação escolar.

Apresentado na Europa e nos Estados Unidos da América como recurso pedagógico para reverter o caráter abstrato e pouco utilitário do ensino, o método de ensino intuitivo aliou-se a novos materiais (gravuras, coleções, objetos de madeira, papel e linha, caixa de tintas etc.) e foi divulgado nas Exposições Universais por países que se inseriam no mesmo modo de produção e circulação de mercadorias, embora com resultados diversos.

Diversas iniciativas atestam a circulação das ideias e de objetos em contextos espacialmente diferenciados: Ferdinand Buisson, representante do governo francês na Exposição Universal realizada na Filadélfia em 1876, colaborou com a repercussão do método por meio do relatório da visita efetuada e do *Nouveau dictionnaire de pédagogie et d'instruction primaire*, bem como pelos esforços para a remodelação do sistema pedagógico francês sob a direção de Jules Ferry; Madame Pape-Carpentier adaptou as ideias pestalozzianas em livros dedicados à metodologia de ensino infantil; Rui Barbosa traduziu para a língua portuguesa as prescrições do método elaboradas por Norman Allison Calkins; Menezes Vieira e Abílio Cezar Borges valiam-se de sua aplicação para atestar as qualidades do ensino ministrado, respectivamente, nos Colégios Abílio e Menezes Vieira do Município da Corte, do qual eram diretores e proprietários; a Primeira Exposição Pedagógica realizada no Brasil, em 1883, tinha entre os expositores tanto as casas que importavam os materiais recomendados pelos professores como seus produtores estrangeiros. No Brasil, o método de ensino intuitivo foi legalmente fixado na Reforma



Leôncio de Carvalho (Decreto n. 7247, de abril de 1879) que prescreveu a prática do ensino intuitivo nas escolas primárias do 1º. Grau e práticas do ensino intuitivo ou Lições de Coisas como disciplina do Programa das Escolas Normais do Estado de São Paulo (art. 4º e 9º § 1).

Schelbauer (2005) destaca o debate expresso na imprensa de circulação geral e a importância atribuída ao método nos seguintes termos:

[...] o método de ensino intuitivo teve espaço garantido nas páginas desses jornais [referindo-se à A Província de São Paulo e à Gazeta de Campinas em circulação na década de 1880] que divulgavam as inovações educacionais em circulação nos países europeus e nos Estados Unidos, noticiavam as Exposições Internacionais e os Relatórios provenientes dessas exposições ou de viagens de estudos, publicavam excertos das obras de Comte, Spencer, traduziam matérias de jornais e revistas norte-americanas e européias sobre a Escola Normal e a educação dos sentidos [...]. (SCHELBAUER, 2005, p. 139-140).

Depoimentos também atestam a validação das inovações em curso. João Lourenço Rodrigues, em sua obra 'Um Retrospecto', descreveu a importância da mudança nos métodos de ensino da escola paulista, conforme percebida pelos alunos, e como ela se tornava atrativa às crianças a partir da introdução de novos materiais e de novos procedimentos:

Entre o que lhes foi dado a ver e as suas reminiscências, ainda recentes, da escola régia tradicional, o contraste não podia ser mais flagrante. A mobília, cedida pela Escola Americana, era nova e envernizada; o aspecto das classes, munidas de material necessário para a prática do ensino intuitivo, causava excelente impressão. Notava-se por toda parte ordem, asseio e não faltavam nem mesmo a nota artística de algumas jarras de flores, alinhadas sobre as mesas. O ambiente não podia ser mais sugestivo. As crianças, que outrora fugiam com horror da escola, eram agora as primeiras a chegar. Pudera! À imobilidade de outrora, que as fazia morrer de tédio, sucediam-se agora, alternando com lições curtas, exercícios de marcha e canto, que imprimiam à vida escolar um tom. (RODRIGUES *apud* CARVALHO, 2003, p. 27).



Se é possível compilar, por inúmeras fontes, a confiança no método e as ações implementadas para sua efetivação, são também documentadas as dificuldades que se apresentaram para sua disseminação em sala de aula; o consenso em torno de sua pertinência não se traduziu em aplicabilidade e um dos entraves alegados consistia na dificuldade para a preparação dos professores para as práticas então pretendidas.

Uma das medidas largamente acionada (tanto no Brasil como no exterior) foi a produção, adaptação ou tradução de manuais didáticos para uso de professores (em formação ou já formados). Tais dispositivos apresentavam os novos procedimentos didáticos juntamente com o conteúdo a ser ensinado nas diferentes séries da escola graduada. Esses manuais, como alerta Choppin (2000, p. 110), não são apenas “[...] um conjunto de folhas impressas que formam um volume; são, definitivamente, um produto fabricado, difundido e consumido [...]” e se inserem no mesmo esquema produtivo que os outros materiais didáticos, isto é, dependem do contexto econômico, político e das regras de avaliação emitidas por agentes governamentais. Atendiam à necessidade de orientar a prática pedagógica de professores exemplificando a estrutura das lições, descrevendo os passos metódicos do processo de ensino que tinha início com a observação de objetos e ascendia para a generalização. Cumpriam, portanto, a função apontada por Michel de Certeau (1994, p. 42), de inserir o novo (o método) ao já conhecido (o conteúdo) e a possibilidade de articular “[...] consumos combinatórios e utilitários [...] uma maneira de pensar investida numa maneira de agir, uma arte de combinar indissociável de uma arte de utilizar.”

Assim, os manuais didáticos se tornaram instrumentos para auxiliar o professor e, principalmente, para formá-lo de acordo com as novas necessidades postas para a escola, pois expressavam também os valores, os conhecimentos considerados necessários para a formação de crianças e jovens, e, por meio de seus textos e suas imagens, a instituição escolar poderia construir consensos e homogeneidade cultural. (VALDEMARIN, 2006).

No entanto, a legislação e os manuais didáticos não foram os únicos dispositivos postos em circulação para divulgar o método de ensino intuitivo e, por meio da imprensa periódica, pode-se depreender outros sentidos adquiridos pela inovação⁴. Consideramos aqui que a difusão de ideias consubstanciada nesse tipo de publicação cumpriu, de modo complementar e paralelo aos manuais, o papel de orientar as práticas de ensino para a conformação de



um ideário pedagógico, em consonância com o ideário social vigente, traduzindo concepções de educação e modelos de formação, compactuando com o ideal de sociedade em seu momento de circulação. Além disso, essa tipologia de impressos pedagógicos permite compreender os limites para a modernização em curso, conjugando pretensões e possibilidades, funcionando como caixa de utensílios para uso dos professores, conforme a designação de Carvalho (2003).

A imprensa periódica destaca-se, na constituição das dinâmicas sociais, como espaço de debates e instauração de poder, efetivo ou simbólico, adquirido a partir da legitimidade dos discursos (BOURDIEU, 1974; 1999), sendo meio privilegiado para o exercício da retórica, da contraposição de ideias, dos enfrentamentos e da imposição das concepções orientadoras de modelos. Esse tipo de impresso também serve à consolidação material de uma forma de divulgar concepções de mundo e de expressão dos interesses da elite que ocupava posições de poder. E, no caso específico aqui analisado, funcionou como dispositivo para a difusão e circulação dos modelos pedagógicos e métodos de ensino.

Complementando ou substituindo a função dos manuais, pode-se observar na imprensa de circulação geral (jornais, panfletos, folhetins e outros do gênero) e na imprensa periódica especializada em educação, a conformação de um lugar para discussões e debates, constituindo-se, como qualifica Bourdieu (1999) em um campo privilegiado de disputas em função da hegemonia ou controle do capital simbólico ali produzido.

A imprensa especializada em educação aliou-se ao projeto modernizador, divulgando em suas páginas modos de conhecer e proceder com relação às práticas necessárias para a implantação de modelos, transformando o exemplo europeu em argumento decisivo:

Ao iniciar a conferência, Buisson (1897) afirma que o ensino intuitivo se constitui como uma das questões de método mais gerais e de maior interesse a todos os graus de ensino primário. Que seus preconizadores, dentre eles, Locke, Condillac, Rousseau, Pestalozzi, Fröbel até os educadores na atualidade, se reconhece que o ensino que convém à escola popular é o ensino pelos sentidos. (SCHELBAUER, 2005, p. 134).



O diálogo entre as formas de ver e conhecer o mundo e a adoção do método intuitivo se estabeleceu também na imprensa periódica educacional em circulação em São Paulo no período de 1893 a 1897, na revista *A Eschola Publica* que, com certa discricção e circulação restrita a esse estado, congregava interesses para a implantação de um modelo educacional firmado a partir da divulgação de práticas de ensino aos mestres. No entender de seus editores e idealizadores (personalidades que começavam a se destacar no cenário educacional do período), o sucesso das iniciativas em prol da instrução pública paulista passava, primordialmente, pelas ações dos professores e estes, valendo-se do instrumental técnico para o exercício do seu ofício, contribuiriam, sobremaneira, para que o estado de São Paulo se tornasse referência nacional na implantação e execução de modelos de ensino bem sucedidos.

Carvalho (2003, p. 145) afirma que “[...] o investimento é bem sucedido e o ensino paulista logra organizar-se como sistema modelar, em duplo sentido: na lógica que presidiu a sua institucionalização e na força exemplar que passa a ter nas iniciativas de remodelação escolar de outros estados [...].” Assim, pode-se entender que as práticas enunciadas na revista compõem um quadro de referências constitutivas das inovações educacionais alardeadas na década de 1890 e inserem-se nos debates relacionados aos métodos de ensino, estratégias por meio das quais a almejada modernização em via de efetivação nas instituições de ensino paulista seria alcançada. Tais inovações consistiriam, efetivamente, na divulgação e implantação de métodos de ensino diferenciados, nas práticas de professores, no uso de materiais diversos, na organização e construção de prédios escolares.

A revista *A Eschola Publica* – surgiu com uma finalidade explícita de atender às necessidades de um sistema educacional em fase de implantação, tendo como aspectos favoráveis a originalidade da iniciativa, a formação intelectual daqueles que se propuseram a editá-la, o prestígio e, conseqüentemente, o respaldo político de que gozavam seus editores e o destaque angariado por suas práticas educacionais antes mesmo da criação da revista⁵.

A questão didática a respeito dos métodos de ensino ocupou espaço considerável nesse periódico, refletindo as preocupações do ideário educacional que ora se instaurava no interior do regime republicano paulista. Assumiu posição de centralidade nos debates educacionais em virtude de representar, para o momento, a expressão de um projeto modernizador para a sociedade, atribuindo às práticas de ensino paulistas a conotação de “[...] grande farol



que derramava sua luz possante por todo o país.” (DE LUCA, 1999, p. 298). Devido ao apoio político com o qual o grupo de editores contava e, tendo em vista sua trajetória no ensino público do estado, configuravam-se possibilidades de êxito da publicação, no que concerne à recepção por parte dos professores do material posto em circulação, dos modelos que a revista dava a conhecer por meio de seus textos e das pretendidas inovações paulistas.

A *Eschola Publica* e as estratégias de divulgação e consolidação da *methodisação* do ensino paulista

Considerando a revista *A Eschola Publica* como um dos dispositivos pedagógicos colocados a serviço da efetivação do método intuitivo, procuramos, por via de seus textos, identificar sua matriz teórica e metodológica. Operamos com um recorte temático para viabilizar a demonstração das análises, o qual consiste em contemplar a primeira e a segunda fase de circulação, ocorridas, respectivamente, nos períodos de 1893-1894 e 1896-1897, em especial, os textos de abertura (considerados aqui como editoriais) e aqueles que versam sobre as disciplinas ministradas na instrução pública elementar, reunidos na Seção *Pedagogia Pratica*. Os primeiros são tomados como fortes indicativos das intencionalidades da publicação, tal como expressa por seus editores:

[...] por isso daremos publicidade em nossas columnas a pequenos trabalhos práticos de pedagogia que nos enviarem as escholas publicas, tanto da capital como do interior. Esses trabalhos poderão versar sobre animaes da nossa fauna e plantas da nossa flora, constando de pequenas descrições de seus costumes e aplicações sob a ponto de vista da utilidade humana. (EDITORIAL, 1893, p. 1).

Os textos de abertura representam a voz dos idealizadores da revista, tendo em vista que se apresentavam, simultaneamente, como porta-vozes das intenções do grupo editor e dos professores, dado o apelo para sua contribuição. *A Eschola Publica* posiciona-se como um guia para subsidiar a prática cotidiana dos professores, mas, diferentemente dos manuais didáticos, procurava-se conseguir a adesão dos profissionais da instrução pública, reservando-lhes espaço e concedendo-lhes autoria. Os editoriais e a seção destinada aos artigos pedagógicos na primeira fase (1893 -1894) e os editoriais, o *Phantheon Escholar* e a *Pedagogia Pratica* na segunda fase (1896



-1897), servem de instrumento à conclamação, por parte dos editores, dos também colegas professores a participarem da construção de uma nova ordem para o sistema educacional em fase de institucionalização e expansão, mas para a qual seria necessário um eixo pedagógico norteador – estabelecido pela revista – que alterasse a prática dos professores. A primeira fase da revista compreende textos relacionados à Linguagem, Zoologia, Botânica, Aritmética Elementar, Geografia, Física, Lições de Desenho, Lições de botânica, Educação Cívica, Leitura Intuitiva e Lições de Coisas (que integram todos os números da revista a partir de 1894), conforme se pode observar no quadro abaixo.

Quadro 1
 Frequência dos temas na revista *A Eschola Publica* nas edições 1893-1894.

Temas abordados na revista	Incidência	Número da publicação
Botânica	8	1, 2, 3, 4, 5, 7, 10, 11
Lições de desenho	11	1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11
Zoologia	9	1, 2, 3, 4, 5, 7, 8, 9, 10
Aritmética Elementar	11	1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11
Física	3	1, 3, 5
Química	2	1, 7
Linguagem	6	1, 2, 3, 5, 6, 7
Geografia	4	2, 3, 4, 5
Moral	1	2
Música	1	2
Educação cívica	2	6, 7
Ensaio de História pátria	1	6
Leitura Intuitiva	5	7, 8, 9, 10, 11
Lições de coisas	6	6, 7, 8, 9, 10, 11
Curso Preliminar (programa)	6	6, 7, 8, 9, 10, 11
Higiene Escolar	1	8
Poesia	1	3

Fonte | Pinto (2001)



Preponderam artigos sobre os conteúdos tradicionalmente atribuídos à escolarização elementar como Aritmética Elementar e Linguagem e ganham espaço as inovações vinculadas às novas preocupações pedagógicas, tais como Desenho. Botânica e Zoologia e a leitura aparece adjetivada como intuitiva, acompanhada de prescrições específicas sobre as Lições de Coisas, arroladas como conteúdo específico para o qual confluíam diferentes áreas do conhecimento humano. As preocupações temáticas são recorrentes nos números subsequentes da publicação, compondo uma espécie de fascículo das aulas publicizadas. Alguns textos apresentam uma sequência numérica, demonstrando a ideia de continuidade, notadamente uma estratégia editorial para fidelizar o leitor e para atestar a dificuldade do tema abordado.

Os editores registram a preocupação em produzir um material que, de fato, seria utilizado pelos professores e veiculasse suas realizações, conforme a seguinte expressão:

Fundamos uma revista e temíamos que ella não encontrasse elementos de vida num meio tão esteril como o da nossa terra. Inteiramente enganados andamos nós: o successo obtido excedeu á nossa expectativa e reconhecemos que o professorado publico pode e quer ter uma folha pedagógica, pela qual se possa conhecer em um momento dado nosso adiantamento em matéria de ensino. (EDITORIAL, 1893a, p. 9).

173

Embora a preocupação com os métodos de ensino sobressaía-se nos textos da revista, é notório seu engajamento junto a outros setores visando à organização da instrução pública em São Paulo, possibilitando também a percepção das dificuldades enfrentadas, tais como: “A maior dificuldade no ensino é a organização escolar, e esta nunca se aproximará da perfeição enquanto cada escola não tiver edificio próprio para funcionar. Daquí se depreheende a grande necessidade de construir-se prédios para as escolas [...]” (EDITORIAL, 1893b, p. 17).

A multiplicidade de temas que emerge n’*A Escola Publica*, a saber: a preocupação com a instrução pública no estado; a qualificação da formação de professores na Escola Normal; o esforço para a constituição de um campo de atuação profissional; a elaboração de saberes especializados sobre o ensino e sua metodização, entre outros, contribui para o entendimento da imprensa como importante veículo que refletia os debates e enfrentamentos



evidenciados no período em que circula. Por se tratar de uma publicação cujo discurso era direcionado, prioritariamente, a professores e profissionais do ensino, torna-se, nesse sentido, foro privilegiado para divulgação de um ideário que se objetivava instaurar, ainda que mediado pela imposição da legislação, que determinava a implantação do método intuitivo em todos os estabelecimentos de ensino. No entanto, a revista configurava-se como emblema de uma pretensa modernidade no campo educacional⁶, segundo Carvalho, “[...] opondo-se aos processos que haviam caracterizado a educação na velha ordem.” (CARVALHO, 2003, p. 26).

Importa destacar, a despeito da apologia feita ao método intuitivo, o posicionamento dos editores da revista quanto às iniciativas “mal sucedidas” ou incompletas do poder público na organização da instrução pública paulista. Assim, diferente dos manuais que prescrevem e descrevem novas práticas e novos materiais, a revista, até pela proximidade que alardeia ter com o professorado, indica os impasses apresentados para a concretização das inovações prescritas. Eram apontadas a insuficiência do esforço de um grupo de profissionais em prol do ensino, da metodização e da melhoria da qualificação docente sem as iniciativas correlatas de foro político-institucional, que colocavam em risco a própria adoção do método intuitivo:

Um rápido exame sobre nossas eschololas demonstraria com facilidade a ingente força de vontade e dedicação que necessita o professor para presentemente obter qualquer resultado positivo, mas nos limitamos a breves considerações sobre algumas das mais importantes disciplinas. Começando pelas leituras onde o professor tem que aceitar os diferentes métodos (grifos do original) que cada menino traz, vê-se o mestre verdadeiramente embaraçado para harmonizá-los. Se quiser adoptar o methodo intuitivo então as dificuldades multiplicam-se porque não encontrará cartas em livros que a isso se prestem [...] Ainda bem pois, que os poderes competentes estão dispostos a melhorar a sorte da instrucção primaria lançando suas vistas para estas cousas. (EDITORIAL, 1894a, p. 93).

Infere-se que uma das missões pedagógicas d’*A Eschola Publica* seria preencher a lacuna deixada pelo poder público, contribuindo com a difusão do modelo de ensino, auxiliando na tarefa de formação dos professores em serviço.

Em 1895, vem a público uma edição especial da revista, tendo em vista sua interrupção entre novembro de 1894 e janeiro de 1896, na qual



evidenciam-se, mais uma vez, os parâmetros orientadores das prescrições presentes na publicação:

O presente livro encerra, como já dissemos as lições e os principais artigos publicados n'A Eschola Publica. Tendo sido suspensa a publicação daquella folha e sido bem acolhida pelo professorado em geral, julgamos prestar mais um serviço á instrucção do Estado, publicando-a em livro especial. Encerramo-lo com os aphorismos de Pestalozzi, os quaes constituem hoje a base de todo ensino intuitivo.

Aphorismos tirados de Pestalozzi

I - A actividade é uma lei da meninice. Acostumar os meninos a fazer: - educae a mão.

II - Cultivae as faculdades em sua ordem natural: formae primeiro o espirito para instruil-o depois.

III - Começa pelos sentidos e nunca ensineis a um menino o que elle puder descobrir por si.

IV - Reduzi cada assumpto a seus elementos. Uma difficuldade de cada vez é vastante para uma criança.

V - Avançae passo a passo. Sêde completo. A medida de uma informação não é o que o professor pôde dar, mas sim o que a criança pôde receber.

V - Cada lição deve ter um fito, quer immediato, quer remoto.

VII - Desenvolvi a idéa: dae depois o termo. Cultivae a linguagem.

VIII - Procedei do conhecido para o desconhecido: do particular para o geral: do concreto para o abstrato: do mais simples para o mais complicado.

IX - Primeiro a synthese, depois a analyse. Não a ordem do assumpto, mas sim a ordem da natureza. (APÊNDICE, 1895, p. 358).

A segunda fase da revista⁷ apresenta-se de modo mais arrojado e em padrão tipográfico diferente da primeira, que adotava o formato tabloide. A organização interna assemelhava-se a um livro, embora com seções



permanentes e algumas eventuais. Destacam-se, em especial, *Phantheon Escholar*, *Pedagogia Pratica* e *Encarte*, apresentando modelos de lições nos oito números que se fizeram publicar entre os anos de 1896 a 1897.

A seção *Phantheon Escholar* caracteriza-se por uma pequena resenha acerca de educadores que se dedicaram, segundo os editores, “ao sacerdócio do ensino”, acompanhada de um retrato da personalidade homenageada. Reafirmando as mesmas concepções por outra via, Pestalozzi foi resenhado por Romão Puiggari (PHANTHEON ESCHOLAR, 1896, p. 73) e Froebel foi apresentado por René Barreto. (PHANTHEON ESCHOLAR, 1897, p. 299).

Na seção *Pedagogia Pratica*, agregavam-se os textos referentes à instrução, cujo teor e finalidade eram essencialmente didático-metodológicos, tendo, por referência, o trabalho do professor e priorizando a preparação para o ofício de ensinar. A revista parecia pretender tornar acessível para um público mais amplo uma substituição dos processos formativos modelares desenvolvidos na Escola Normal, que foram assim comentados:

Formar o pedagogo moderno consistia em fazê-lo ver os novos métodos em funcionamento, pois seria ‘inútil pensar em adquirir sem ter visto praticar’. Mas como fazê-lo sem mestres que já tivessem visto fazer e feito por si? A solução era mandar vir do estrangeiro mestres hábeis nessa especialidade, e, com eles, profuso material didático adequado às exigências da ‘moderna pedagogia’. (CARVALHO, 2003, p. 26).

Devido à impossibilidade de oferecer a todos os professores a formação idealizada, os exemplos de aula – dispositivo característico da publicação – simulavam situações de ensino, descrevendo com palavras o que não era acessível a todos. Se, como afirma a autora acima mencionada, a escola republicana paulista “devia se dar a ver”, a revista tentava dar a entender por meio das palavras.

O professor depois de chamar a atenção da classe encetará o seguinte diálogo:

- Achilles, Você conhece algum animal?
- Sim Snr.
- Quaes os animaes que V. conhece?
- O cavallo, o burro, o boi.
- Muito bem. E V. Pedro, não conhece mais algum?



- O carneiro.
- Sim Snr. Agora diga-me uma coisa, Arnaldo, V. também é um animal?
- Não Snr.
- E, Alcides?
- Não Snr.
- Como? Então vocês são algumas plantas, algumas pedras? (BOTANICA, 1896, p. 14).

Ainda que as respostas sejam condicionadas pelo discurso do mestre, observa-se a presença de elementos do cotidiano do aluno na temática do diálogo e a observância das recomendações pestalozzianas. O modelo de lição não funciona apenas como recurso didático para que o professor encaminhe o raciocínio do aluno do conhecido ao desconhecido, mas também para que o professor – o leitor da revista – perceba o raciocínio que ele próprio deve adotar para criar variações do modelo. O tom prescritivo evidencia a pretensão de padronizar essa racionalidade no sistema escolar por meio do impresso, repetindo o esquema exemplar utilizado também pelos autores de manuais didáticos. Embora seja inegável que o uso do mesmo esquema prestava-se à reiteração e à inculcação, os dois tipos de impresso pedagógico aliavam-se na descrição minuciosa de um processo cuja premissa era a observação.

177

A seção *O uso de modelos (encarte)* apresenta a tradução de manuais considerados, segundo Oscar Thompson, apropriados para ser adotados em São Paulo. Foram traduzidos e adaptados o Guia do Professor dos manuais de Mary D. Hicks e John S. Clark que receberam o título de *O estudo de/ para forma e desenho nas Escolas Primárias*, publicados em todos os números da segunda fase da publicação (1896 e 1897). Thompson assim justificou a iniciativa:

Este Manual é, segundo pensamos, o primeiro desta espécie. Não pretendemos, entretanto, que a idéia do desenvolvimento mental apresentado nestas paginas seja nova. Investigadores, psicologicos, têm claramente mostrado, que os exercicios harmonicos dos dois sentidos principaes, tacto e vista, devem ser considerados na educação das creanças como fundamentaes. Entretanto esta verdade está agora geralmente reconhecida, poucos porém a tem posto em pratica, salvo nos jardins de infancia que exercitam esses dois sentidos com base no desenvolvimento mental. É verdade que muitos dos trabalhos têm sido publicados sobre Estudos de Fôrma e



Estudo de Objectos, e em algumas escolas muitas vezes, são feitos os de Modelagem, Dobramento de Papel, Arranjo de pausinhos, Desenhos, etc. Não podemos, porém, ser taxados de negligentes nas nossas antigas publicações, nas quais estas varias feições eram contempladas por uma serie de exercicios em fórma de modelos, e combinados, de modo a assegurar a instrucção mental não só mediante a actividade do sentido do tacto, como do da vista. O fim dos auctores deste trabalho foi dar semelhantes series de exercicios com apropriados modelo. Considerado, portanto, como um curso de exercicios - o Estudo de Fórma e Desenho - tem em vista o desenvolvimento mental, mediante o uso combinado da mão e da vista - o trabalho é inteiramente novo. (THOMPSON, 1896, p. 35).

Marcando a preocupação com o emprego de métodos de ensino diferenciados, os textos da seção *Pedagogia Pratica* orientavam o trabalho do professor para a adesão aos métodos que aproximavam os aprendizes dos objetos a serem conhecidos, passíveis de aplicação em diferentes situações e conteúdos.

Reaparecendo a *Eschola Publica* vamos encetar uma série de lições relativamente as matérias que servem de epigraphe a este artigo [...] Daremos noções fáceis e positivas. Ensinaremos somente o que a creança puder aprender. Seremos abundantes em exercícius e exemplos. Procuraremos partir do conhecido para o desconhecido, do simples para o composto. (EDITORIAL, 1896, p. 17).

Objetivando a reorganização das matérias do ensino preliminar, os editores tecem críticas à estrutura curricular vigente, apontando incoerências entre a proposta metodológica adotada e as inserções de materiais no rol das disciplinas escolares:

Há certas disciplinas que collocadas no Programma do primeiro e mesmo do segundo anno das escolas preliminares trazem embaraço ao professor. Uma destas disciplinas é a Instrucção Cívica e effectivamente, como dar noções, ainda mesmo elementaríssimas da organização política do estado e dos deveres e direitos dos cidadãos a creancinhas de 7 ou 8 annos? Seria a negação do ensino intuitivo sobre cujas bases esta a organização de todo nosso ensino elementar. (EDITORIAL, 1896a, p. 27).



Encontram-se distribuídos nas páginas da publicação textos acerca de diversos temas e abordagens, permitindo conhecer os modos pelos quais os editores apropriaram-se das discussões pertinentes ao campo da educação e agregaram aos debates representações estabelecidas a partir dos conhecimentos e posições que ocupavam nos momentos em que a revista circulou em São Paulo.

Enfática, no entanto, é a matriz orientadora dos textos da revista – a metodização do ensino – sob a qual todas as outras acabam, de certo modo sendo secundarizadas.

Como julgamos questão capital a methodisação do ensino, apresentamos aos collegas a marcha a seguir para a explicação das diversas disciplinas que constituem os programas de nossas escholas. Não queremos que com isso predomine o método aki seguido, mas sim, que o professorado tenha uma orientação para mais facilmente obter o fructo do seu trabalho. Nestas condições precisamos não haver a menor duvida de que o fim da Eschola Publica seja impor qualquer theoria, mas sim auxiliar collegas. (EDITORIAL, 1896b, p. 165).

Em outro momento da publicação:

Professores amantes do nosso sacerdócio, queremos concorrer para o desenvolvimento da Instrucção no Estado de São Paulo; queremos que a methodisação do ensino seja uma realidade. É certamente tarefa superior a nossas forças; poderão mesmo nos taxar de ousados; mas o que ninguém poderá negar que temos demonstrado dedicação e muito amor ao ensino. (EDITORIAL, 1896c, p. 297).

Assim, os professores que aderissem às propostas disseminadas pelo grupo de editores de *A Eschola Publica* estariam contribuindo, diretamente, na organização de um campo de práticas uniformes com vistas a atender ao ideal republicano voltado para a implantação e fortalecimento da instrução pública do estado de São Paulo, que fazia do método o ponto de apoio da racionalização docente do mesmo modo que ocorria na produção e na sociedade, conforme já apontado por Souza (1998, p. 159) “[...] tal elaboração atinge o campo educacional precisamente no momento em que era forçosa a racionalização dos sistemas educativos com a difusão da escolarização em



massa." Próximos do poder e das atividades docentes, os editores indicam um equilíbrio possível entre as dificuldades e a mudança das práticas:

[...] grandes reformas recrutadas entrarão em breve em execução e o professorado publico paulista talvez se encontre diante de grandes embaraços para secundar os esforços do legislador. É então que a nossa folha poderá prestar um valioso auxilio a todos os professores bem intencionados, pois que nos é fácil, a nós reunir informações e mesmo instrucções sobre a execução dos programas do curso preliminar, que se acham em elaboração. (EDITORIAL, 1893, p. 1).

Essa orientação demonstra o envolvimento do grupo responsável pela publicação com a tramitação das reformas no contexto educacional do estado de São Paulo, editando, em anexo, os programas das disciplinas do ensino preliminar das escolas públicas, apresentado em partes ao final de cada número da revista, iniciando-se no número 07 da edição de 1893-1894. Traçar caminhos para seguir a lei seria outra forma encontrada pelos editores da revista para atingir o ideário a que se propõem: estimular e promover a implantação do método intuitivo nas escolas paulistas.

180

Os editores defendem a seguinte posição:

Somos dos que pensam que todo professor bem intencionado é um combatente para a causa que defendemos, quaesquer que sejam as suas habilitações. Por isso daremos publicidade em nossas columnas a pequenos trabalhos praticos de pedagogia que nos enviarem as escolas publicas, tanto da capital como do interior. Esses trabalhos poderão versar sobre animaes da nossa fauna e plantas de nossa flora, constando de pequenas descripções de seus costumes e applicações sob o ponto de vista da utilidade humana [...] não promettemos artigos litterarios, nem scientificos: escreveremos o que pudermos, do modo que soubermos, tendo em vista o alvo que miramos: velar pelas crianças, proporcionando aos professores publicos suggestões relativas ao ensino, suggestões que a Eschola Normal não pode, nem poderá dar-lhes tão cedo. Em nossa folha daremos modelos de lições apropriadas a cada gráo do curso preliminar; transcreveremos, adaptando ao nosso meio, entretanto, tudo que de util encontrarmos nas nações estrangeiras; aproveitaremos todas as informações que nos ministrarem as escolas publicas da capital e do interior. (EDITORIAL, 1893, p. 1).



Nesse sentido, *A Eschola Publica* caminhava em consonância com as necessidades identificadas no sistema republicano e com a pretensão de orientar os professores no que diz respeito às metodologias adotadas em sala de aula. Tornou-se, assim, parte importante dos debates referentes à dupla necessidade de formar professores comprometidos com o modelo político em voga, bem como oferecer condições para que esses professores tivessem acesso aos conhecimentos necessários para o exercício da docência. Como a função precípua da escola em fase de organização e implantação consistia no ensino de leitura e escrita, compreende-se sua maior incidência nos artigos publicados na revista. Asseverando a preocupação expressa nas páginas da revista, Carvalho afirma:

O debate entre os métodos de ensino de leitura e escrita desenvolve-se alimentado pela idéia de que a República, para constituir-se de fato, necessita de cidadãos leitores, porque pelo ensino da leitura e da escrita é possível viabilizar a formação de uma certa mentalidade, uma certa moralidade, de um certo corpo de condutas compatíveis com a vida republicana. Nesse sentido, é preciso então identificar qual o melhor método de ensino que possa melhor formar o cidadão republicano. (CARVALHO, 2000, p. 52).

Nesse processo, *A Eschola Publica* e os periódicos que enveredaram pelo temário da instrução pública, escritos para professores e/ou por professores, consagraram-se também como dispositivos emblemáticos na consolidação de um sistema de representações derivado do lugar social e, essencialmente político, que os enunciadores dos discursos ocupavam. Forjaram, por assim dizer, um conjunto de interpretações das inovações em curso.

181

Formas complementares de difusão da inovação

A imprensa periódica educacional constitui significativo aliado para investigações acerca de práticas educativas vigentes na história da educação. Os embates em torno da organização de um sistema educacional, ainda embrionário, a homogeneização dos métodos de ensino com vistas a atender às novas orientações que se configuravam por ocasião de mudanças de cunho político, bem como social e cultural, a resignificação da função e do papel do professor frente à dinâmica das instituições de ensino em franca expansão, a veiculação e circulação das ideias pedagógicas e a conformação de espaços



de poder como mais legítimos em relação a outros, podem ser observados nas linhas e entrelinhas de publicações desta natureza, pelo caráter de mobilidade e transitoriedade na produção e circulação desses textos.

A mobilidade acredita-se, congrega a descrição de características de produção e circulação dos editores e dos textos, conforme evidenciam os editoriais: os autores movimentam-se discursivamente por diversas áreas dos saberes pedagógicos, que compreendem situações em sala de aula, a análise, avaliação e posicionamento relativo à infraestrutura necessária para a implantação e execução da instituição que consolidaria o ideário da instrução pública paulista, revelando o conhecimento dos autores sobre o contexto pedagógico geral e específico.

Reservam-se o direito de manifestar opiniões e juízos de valor acerca das reformas e, no periódico em análise, propuseram e divulgaram incisivamente a opção que lhes parecia mais viável para atender às demandas educativas na São Paulo dos anos de 1890.

Contudo, permanece a intenção dos editores de chamar a atenção para a situação do ensino e das escolas, embora estejam ausentes do temário da publicação questões relacionadas à remuneração do professorado público, revelando o aspecto transitório das pautas. Fossem objetos menos relevantes para figurar nas páginas da revista, ou ainda uma intenção para escritos futuros, como deixa antever o excerto que segue: “[...] quizeramos produzir muitas outras considerações a respeito [da instrução pública], mas limitamo-nos apenas a dar um brado de alarma, aguardando os acontecimentos [...]” (EDITORIAL, 1894, p. 57). Assim, a revista silencia sobre determinados temas, estabelecendo uma hierarquia nas preocupações do campo.

É importante considerar que a revista *A Eschola Publica*, além da função anunciada pelos editores de “sanar uma necessidade palpitante no meio educacional”, disseminando textos referentes a métodos de ensino e práticas em sala de aula, desempenhou papel emblemático no que diz respeito à formação de um campo profissional através do qual, professores, cuja expressão e posição ocupadas no contexto educacional marcaram época, organizaram-se em torno de um dispositivo de imprensa para veicular suas ideias e, assim, propor encaminhamentos diversos sobre a organização do aparelho escolar paulista, iniciativa que passou a ser recorrente desse período em diante como atestam os estudos de Catani (2003, 1994) e Catani & Bastos (1997).



No que concerne ao método de ensino, os textos da revista confirmam o entendimento sobre o incentivo na adoção do método intuitivo como elemento organizador das práticas pedagógicas instauradas em São Paulo no final século XIX. Dessa feita, aliada à tradução de obras de Pestalozzi, ao trabalho de Mme. Pape Carpentier e às traduções de manuais realizadas por Oscar Thompson, *A Eschola Publica* insere-se no rol de dispositivos pedagógicos que não, apenas, intentaram divulgar o ideário de um grupo de intelectuais ligados ao ofício do ensino, mas também se propuseram a auxiliar no que concerne à divulgação dos conhecimentos necessários a sua aplicação.

Do discurso proposto à possível prática implementada, cabem alguns questionamentos, sobre os quais os textos de *A Eschola Publica* esbarram, sem apontar respostas. A aplicação do método intuitivo, nos moldes propostos por seus idealizadores, consiste em ser essencialmente prática – no exercício e desenvolvimento da aprendizagem por meio dos sentidos – demandando um vasto conjunto de materiais de apoio, espaço físico, preparo didático dos professores para estimular os sentidos dos alunos e promover aprendizagens significativas. A análise das diferentes seções do periódico permite inferir outras questões presentes no campo pedagógico para as quais o método de ensino não poderia apresentar respostas.

Notas

1. A presente análise foi desenvolvida no âmbito do projeto “Por uma teoria e uma história da escola primária no Brasil: investigações comparadas sobre a escola graduada (1870-1950)”, com financiamento CNPq.
2. A definição de cultura escolar segue os pressupostos orientados pela produção de Dominique Julia (2001) e Antonio Viñao (2002). Vale, no entanto, conferir balanços dessa perspectiva realizados por Valdamarin e Souza (2000); Souza e Valdamarin (2005); Faria Filho; Gonçalves; Vidal; Paulilo (2004), acerca das apropriações e usos do conceito em História da Educação.
3. “Um lembrete das interações entre teoria e prática nesse período está preservado no vocabulário da filosofia. “Empirismo” deriva de empiric, termo inglês tradicional para designar os praticantes da medicina alternativa, homens e mulheres ignorantes da teoria. (BURKE, 2003).
4. Abordagem semelhante pode ser conferida em Chaves (2003).
5. Os editores da primeira fase da revista (1893-1894), Oscar Thompson, Benedito Maria Tolosa, Joaquim de Sant’Anna e Antonio Rodrigues Alves Pereira, foram alunos da Escola Normal da Capital no período de 1880. Oscar Thompson teve intensa participação no movimento educacional do período e, em 1892, atuou como professor adjunto da escola modelo da rua do Carmo, como diretor da Escola Normal de São Paulo, como diretor-geral da instrução pública



do Estado sendo responsável pela continuidade da publicação da Revista de Ensino. Benedito Tolosa também foi professor na Escola Modelo do Carmo e Joaquim de Sant'Anna, da Escola Normal de São Paulo.

6. Discussão significativa acerca da modernidade pedagógica e dos modelos que consubstanciaram sua adoção, pode ser encontrada em Carvalho, (2000).
7. Passaram a integrar a equipe editorial de *A Eschola Publica* os professores: René Barreto – diplomado na Escola Normal em 1895, professor da escola complementar, inspetor escolar e lente de Pedagogia e Psicologia na Escola Normal da Praça da República, autor do primeiro hino da Escola Normal, de livros didáticos e de livros de matemática para uso dos professores; Pedro Voss – diplomado na Escola Normal em 1892, foi diretor do grupo escolar Prudente de Moraes, e Diretor Geral da Instrução Pública; Arnaldo Barreto – diplomou-se na Escola Normal em 1891 lecionou em escolas primárias, dirigiu uma das classes da Escola Modelo da rua do Carmo, procedeu à reorganização do Grupo Escolar de Lorena/SP e iniciou a redação de livros e cadernos didáticos, sendo também um dos responsáveis pela edição da revista da Associação do Professorado Paulista em 1901; Ramon Roca Dordal – diplomou-se na Escola Normal em 1888, lecionou na cidade de Itatiba/SP, ocupou o cargo de diretor do primeiro Grupo Escolar do Braz e, posteriormente, foi nomeado inspetor escolar da capital; Alfredo Bresser – diplomou-se na Escola Normal em 1890, foi professor e depois diretor da Segunda Escola Modelo, escreveu livros didáticos destinados ao ensino de leitura, desenho, trabalhos manuais e linguagem, foi um dos fundadores da Associação Beneficente do Professorado Público de S. Paulo em 1902; Romão Puiggari – considerado “o poeta”, dirigiu o primeiro Grupo Escolar do Brás; Joaquim de Brito – diplomado pela Escola Normal, em 1882, e, posteriormente, à colaboração em *A Eschola Publica* assumiu o cargo de membro efetivo da diretoria da Associação Beneficente do Professorado Público de São Paulo e redator efetivo da revista publicada por este órgão – Revista de Ensino, conforme levantamento realizado por Pinto (2001).

Referências

- APÊNDICE. **A Eschola Publica**, São Paulo, p. 358, jul. 1895. (Tip. Paulista, volume especial).
- BOTANICA, **A Eschola Publica**, São Paulo, n 1, p. 14, 1896. (Tip. Paulista).
- BOTO, Carlota. **A escola do homem novo: entre o Iluminismo e a Revolução Francesa**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1996.
- BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 1974.
- _____. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.
- BRASIL. **Decreto nº 7247, de abril de 1879**. Reforma o Ensino Primário e Secundário do Município da corte e o Superior em todo o Império. In: BARBOSA, Rui. Reforma do ensino secundário superior. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1942. (Obras Completas, v. 9, t. 1 anexo).



BURKE, Peter. **Uma história social do conhecimento**. De Gutenberg a Diderot. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. Modernidade pedagógica e modelos de formação docente. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 14, n. 1, p. 111-120, jan./mar. 2000.

_____. **A escola e a república e outros ensaios**. Bragança Paulista: EDUSF, 2003.

CATANI, Denice Barbara. **Ensaio sobre a produção dos saberes pedagógicos**. 1994. 66 f. Tese (Livre Docência) - Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994.

_____. **Educadores à meia-luz**: um estudo sobre a Revista de Ensino da Associação Beneficente do Professorado Público de São Paulo (1902-1919). Bragança Paulista: EDUSF, 2003.

CATANI, Denice Bárbara & BASTOS, Maria Helena Camara (Org.). **Educação em revista**: a imprensa periódica e a história da educação. São Paulo: Escrituras. 1997.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1994.

CHAVES, Mirian Waidenfeld. A Revista Escola Argentina: reflexões sobre um periódico escolar nos anos 20 e 30. **Revista Brasileira de História da Educação**, Campinas, n. 6, p. 59-85, jul./dez. 2003.

CHOPPIN, André. Pasado y presente de los manuales escolares. In: BERRIO, Julio Ruiz (Ed). **La cultura escolar de Europa**. Tendências históricas emergentes. Madrid: Biblioteca Nueva, 2000.

DE LUCCA, Tania Regina. **A Revista do Brasil**: um diagnóstico para a (n) ação. São Paulo: Editora Unesp. 1999.

EDITORIAL. **A Eschola Publica**, São Paulo, n. 1, p. 1, set. 1893. (Tip. Hennies e Winiger).

EDITORIAL. **A Eschola Publica**, São Paulo, n. 2, p. 9, ago. 1893a. (Tip. Hennies e Winiger).

EDITORIAL. **A Eschola Publica**, São Paulo, n. 3, p. 17, set. 1893b. (Tip. Hennies e Winiger).

EDITORIAL. **A Eschola Publica**, São Paulo, n. 8, p. 57, mar. 1894. (Tip. Hennies e Winiger).

EDITORIAL. **A Eschola Publica**, São Paulo, n. 10, p. 93, maio. 1894a. (Tip. Hennies e Winiger).

EDITORIAL. **A Eschola Publica**, São Paulo, n. 1, p. 17, 1896. (Tip. Paulista).



EDITORIAL. **A Eschola Publica**, São Paulo, n. 1, p. 27, 1896a. (Tip. Paulista).

EDITORIAL. **A Eschola Publica**, São Paulo, n. 3, p. 165, 1896b. (Tip. Paulista).

EDITORIAL. **A Eschola Publica**, São Paulo, n. 4, p. 297, out. 1896c. (Tip. Hennies e Winiger).

EDITORIAL. **A Eschola Publica**, São Paulo, n. 4, p. 299, 1897. (Tip. Paulista).

FARIA FILHO, Luciano Mendes de; GONÇALVES, Irlen Antonio; VIDAL, Diana Gonçalves; PAULILO, André Luiz. A cultura escolar como categoria de análise e campo de investigação na história da educação brasileira. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 30, n. 1, p.139-161, jan./abr. 2004.

JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. **Revista Brasileira de História da Educação**, Campinas, v. 1, n. 1, p. 9-43, jan./jun. 2001.

PHANTHEON escolar. **A Eschola Publica**, São Paulo, n. 2, p. 73, jul. 1896. (Tip. Paulista).

PHANTHEON escolar. **A Eschola Publica**, São Paulo, n. 4, p. 299, dez. 1897. (Tip. Paulista).

PINTO, Adriana Aparecida. **A Eschola Publica (1893-1897):** um estudo da pedagogia paulista no século XIX. 2001. 126 f. Dissertação (Mestrado em Educação) Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2001.

POLIANTEIA **Comemorativa do centenário do ensino normal em São Paulo: 1846-1946.** São Paulo: Anna Rosa, s/d.

SCHELBAUER, Analete Regina. O método intuitivo e lições de coisas no Brasil do século XIX. In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Câmara (Org.) **Histórias e memórias da educação no Brasil.** Petrópolis: Vozes, 2005. (v. II – século XIX).

SOUZA, Rosa Fátima de. **Templos de civilização:** a implantação da escola primária graduada no estado de São Paulo (1890-1910). São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

_____. **História da organização do trabalho escolar e do currículo no século XX.** São Paulo: Cortez Editora, 2008.

SOUZA, Rosa Fátima; VALDEMARIN, Vera Teresa (Org.). **A cultura escolar em debate.** Questões conceituais, metodológicas e desafios para a pesquisa. Campinas: Autores Associados, 2005.



THOMPSON, Oscar (Trad.). O estudo dos modelos – guia do professor. **A Eschola Publica**, São Paulo, n. 1, p. 35, 1896. (Tip. Paulista, Encarte).

TOLOSA, Benedito Maria. Apresentação. **A Eschola Publica**, São Paulo, n. 1, jul. 1893. (Tip. Hennies e Winiger).

VALDEMARIN, Vera Teresa; SOUZA, Rosa Fátima (Org.). Cultura escolar: história, práticas e representações. **Cadernos CEDES**, Campinas, n. 52, p. 5-9, 2000.

VALDEMARIN, Vera Teresa. **Estudando as lições de coisas**: análise dos fundamentos filosóficos do método do ensino intuitivo. Campinas: Autores Associados, 2004.

_____. O método intuitivo: os sentidos como janelas e portas que se abrem para um mundo interpretado. In: SAVIANI, Dermeval; ALMEIDA, Jane Soares de; SOUZA, Rosa Fátima de; VALDEMARIN, Vera Teresa (Org.). **O legado educacional do século XIX**. Campinas: Autores Associados, 2006.

VIÑAO, Antonio. **Sistemas educativos, culturas escolares y refortmas**: continuidades y cambios. Madri: Editora Morata, 2002.

Profa. Dra. Vera Teresa Valdemarin
Universidade Estadual Paulista | UNESP | Araraquara
Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara
Departamento de Ciências da Educação
Programa de Pós Graduação em Educação Escolar
Grupo de Estudos sobre Cultura e Instituições Educacionais | GEPCIE
E-mail | vera@fclar.unesp.br

Profa. Ms. Adriana Aparecida Pinto
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul | Campus de Coxim
Curso de Letras
Doutoranda da Universidade Estadual Paulista | UNESP | Araraquara
Programa de Pós-Graduação em Educação Escolar
Grupo de Estudos sobre Cultura e Instituições Educacionais | GEPCIE
E-mail | adrianaufms@gmail.com

Recebido 28 set. 2010

Aceito 03 nov. 2010